



**POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE ENSINO E CULTURA**

Concurso Interno

001. PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS E PROFISSIONAIS

Curso de Habilitação ao Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar
do Estado de São Paulo – 2019 (CHQAOPM/2019)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 90 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas, podendo levar este caderno e o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

MATEMÁTICA

01. Se em certa região foram registrados, em agosto, 1 170 roubos, e esse número foi 10% menor que o número de roubos registrados no mês anterior, então a diferença entre os números de roubos registrados em julho e em agosto, nessa ordem, foi
- (A) 117.
 (B) 120.
 (C) 124.
 (D) 127.
 (E) 130.
02. Para a realização de uma perícia, uma região plana e retangular foi isolada. Sabendo-se que um dos lados dessa região isolada mede o dobro da medida do outro lado, um polinômio que pode ser utilizado para representar a área dessa região, considerando-se $x + 2$ a medida do seu menor lado, é
- (A) $3x + 8$
 (B) $2x + 4$
 (C) $2x^2 + 8x + 8$
 (D) $x^2 + 2x + 4$
 (E) $4x^2 + 4x + 6$
03. Um total x de documentos precisa ser arquivado. Ontem, foi arquivado um quinto dos documentos desse total; amanhã, serão arquivados sete doze avos dos documentos que ainda não foram arquivados; o restante, 60 documentos, serão arquivados na próxima quarta-feira. Uma equação que pode ser utilizada para determinar o número total de documentos a serem arquivados é
- (A) $\frac{1}{5}x + \frac{7}{15}x - x = -60$
 (B) $\frac{1}{5}x + \frac{7}{12}x - x = -60$
 (C) $x - \frac{1}{5}x - \frac{7}{15}x + 60 = 0$
 (D) $x - \frac{1}{5}x - \frac{7}{12}x + 60 = 0$
 (E) $x + \frac{1}{5}x + \frac{7}{15}x + 60 = 0$

04. Em um armário, há 5 prateleiras e será preciso colocar 5 caixas, de cores distintas, cada uma em uma prateleira desse armário, sem que haja uma ordem específica. O número total de maneiras de colocar essas caixas nesse armário é
- (A) 25.
 - (B) 60.
 - (C) 95.
 - (D) 120.
 - (E) 165.

05. Utilizando-se para π o valor aproximado de 3,14, o perímetro de uma região plana em forma de círculo é de aproximadamente 63 m. Dessa forma, das alternativas a seguir, a que apresenta o valor mais aproximado para a área dessa região, em metros quadrados, é
- (A) 305.
 - (B) 315.
 - (C) 325.
 - (D) 335.
 - (E) 345.

06. Considere a sequência numérica a seguir, em que o primeiro elemento é 2:

2, 3, 5, 9, 17, 33, ...

Mantida a regularidade da sequência, o décimo primeiro elemento dela será igual a

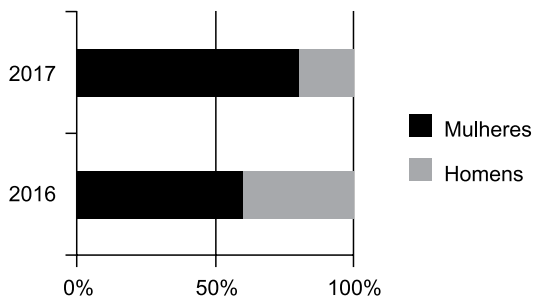
- (A) 1009.
 - (B) 1025.
 - (C) 1043.
 - (D) 1071.
 - (E) 1099.
07. A média aritmética simples das idades de quatro soldados é 23 anos. Sabendo que o soldado mais velho tem 6 anos a mais que o soldado mais novo, e que, excluindo-se as idades desses dois soldados, a média aritmética simples das idades dos outros dois continua sendo 23 anos, a idade, em anos, do soldado mais velho é
- (A) 28.
 - (B) 26.
 - (C) 24.
 - (D) 22.
 - (E) 20.

08. O alvo representado na figura é formado por três círculos concêntricos, ou seja, com centros em um mesmo ponto: um círculo menor, outro, intermediário, e um círculo maior:



Sabendo-se que as medidas dos raios dos três círculos formam uma progressão aritmética, e que a soma dessas medidas é 120 cm, o raio do círculo intermediário, em centímetros, mede

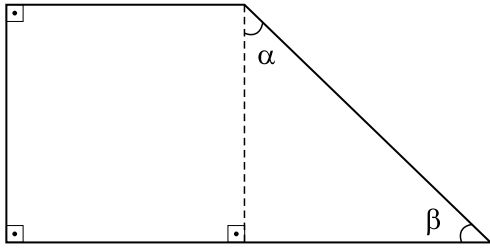
- (A) 25.
 (B) 30.
 (C) 35.
 (D) 40.
 (E) 45.
09. A média aritmética, a moda e a mediana do número de filhos de quatro soldados são todas iguais a 2. Dessa forma, adicionando-se os números de filhos dos soldados com maior e menor números de filhos, tem-se como resultado
- (A) 2.
 (B) 3.
 (C) 4.
 (D) 5.
 (E) 6.
10. O gráfico apresenta informações sobre os aprovados em dois concursos realizados em anos distintos, para certa academia:



Com base nas informações apresentadas, assinale a alternativa que contém uma afirmação necessariamente verdadeira.

- (A) Em 2017, o número de aprovados foi igual ao número de aprovados em 2016.
 (B) Em 2017, o número de aprovados foi diferente do número de aprovados em 2016.
 (C) Em 2017 e em 2016, o número de mulheres aprovadas foi maior que o número de homens aprovados.
 (D) Em relação aos homens, o número de aprovados em 2017 foi menor que o número de aprovados em 2016.
 (E) Em relação às mulheres, o número de aprovadas em 2017 foi maior que o número de aprovadas em 2016.

11. A figura representa a planta de uma região plana, com área igual a $9\,600\text{ m}^2$, que pode ser decomposta por um quadrado e um triângulo, com os ângulos α e β de mesma medida.



Nessa região, a medida, em metros, de um dos lados do quadrado é

- (A) 80.
 (B) 75.
 (C) 70.
 (D) 65.
 (E) 60.
12. A tabela apresenta os supostos números de ocorrências policiais atendidas em uma região, pela polícia militar, associadas a determinado caso:

Ano	Número de roubos
2015	50 000
2016	40 000
2017	32 000

Mantida a razão entre os números de roubos em dois anos consecutivos, a previsão de atendimentos de ocorrências associadas a esse tipo de caso, nessa região, para o ano de 2020, pela polícia militar, é de

- (A) 16384.
 (B) 16028.
 (C) 15826.
 (D) 15642.
 (E) 15430.

13. Um total de 22 policiais, sendo metade cabos e a outra metade sargentos, precisam ser divididos em grupos de 4 policiais cada, de forma aleatória, de modo a não existir grupo com somente cabos e grupo com somente sargentos. O número total de possibilidades para formar os grupos é
- (A) 33880.
(B) 15843.
(C) 12100.
(D) 6655.
(E) 1210.
14. Em regiões que são demarcadas, tendo como modelo de demarcação um polígono regular com n vértices, a medida, em graus, do ângulo interno formado por dois lados consecutivos, correspondentes a dois lados consecutivos desse modelo, é igual a
- (A) $\frac{180^\circ}{n}$
(B) $\frac{360^\circ}{n}$
(C) $180^\circ - \frac{90^\circ}{n}$
(D) $180^\circ - \frac{180^\circ}{n}$
(E) $180^\circ - \frac{360^\circ}{n}$
15. Um coronel tem à sua disposição m oficiais para assumirem o comando e o vice-comando dos batalhões A e B. Supondo-se serem aleatórias essas escolhas, o número total de possibilidades para se escolher quatro nomes, sendo um nome para cada um dos comandos e vice-comandos desses batalhões, é igual a
- (A) $2 \cdot \left(\frac{m}{m-4}\right)!$
(B) $2 \cdot \frac{m!}{(m-4)!}$
(C) $\frac{(2 \cdot m)!}{(m-4)!}$
(D) $\left(\frac{m}{m-4}\right)!$
(E) $\frac{m!}{(m-4)!}$

Leia o texto para responder às questões de números 16 a 20.

Sinha Vitória tinha amanhecido nos seus azeites. Fora de propósito, dissera ao marido umas inconveniências a respeito da cama de varas. Fabiano, que não esperava semelhante desatino, apenas grunhira: – “Hum! hum!” E amunhecara, porque realmente mulher é bicho difícil de entender, deitara-se na rede e pegara no sono. Sinha Vitória andara para cima e para baixo, procurando em que desabafar. Como achasse tudo em ordem, queixara-se da vida. E agora vingava-se em Baleia, dando-lhe um pontapé.

Avizinhou-se da janela baixa da cozinha, viu os meninos, entretidos no barreiro, sujos de lama, fabricando bois de barro, que secavam ao sol, sob o pé de turco, e não encontrou motivo para repreendê-los. Pensou de novo na cama de varas e mentalmente xingou Fabiano. Dormiam naquilo, tinham-se acostumado, mas seria mais agradável dormirem numa cama de lastro de couro, como outras pessoas.

Fazia mais de um ano que falava nisso ao marido. Fabiano a princípio concordara com ela, mastigara cálculos, tudo errado. Tanto para o couro, tanto para a armação. Bem. Poderiam adquirir o móvel necessário economizando na roupa e no querosene. Sinha Vitória respondera que isso era impossível, porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos ao anoitecer. Para bem dizer, não se acendiam candeeiros na casa. Tinham discutido, procurando cortar outras despesas. [...]

Um mormaço levantava-se da terra queimada. Estremeceu lembrando-se da seca, o rosto moreno desbotou, os olhos pretos arregalaram-se. Diligenciou afastar a recordação, temendo que ela virasse realidade. Rezou baixinho uma avemaria, já tranquila, a atenção desviada para um buraco que havia na cerca do chiqueiro das cabras. Esfarelou a pele de fumo entre as palmas das mãos grossas, encheu o cachimbo de barro, foi consertar a cerca.

(Graciliano Ramos. *Vidas Secas*. Adaptado)

16. A leitura do trecho do romance de Graciliano Ramos permite concluir que nele se apresentam

- (A) os desejos impossíveis da família de retirantes que, tendo vivido em péssimas condições, agora encontrava forças para sonhar, já que a possibilidade da seca era remota.
- (B) as dificuldades de comunicação entre as personagens Sinha Vitória e Fabiano que, de tanto sofrimento imposto pela dura realidade, passavam a cortar vários gastos.
- (C) os desabafos de Sinha Vitória, por conta de seu desejo de dormir em uma boa cama de lastro de couro e não passar as noites de sono nas redes.
- (D) os sinais inequívocos de mais uma seca, que perturbou Sinha Vitória e a fez ser grosseira com toda a família.
- (E) as tristezas vividas por Sinha Vitória e sua família e a forma como conseguiram driblar a vida difícil no sertão, passando a viver com certo conforto.

17. Considere as passagens do texto:

- **Como achasse tudo em ordem**, queixara-se da vida. (1º parágrafo);
- ... Dormiam naquilo, tinham-se acostumado, **mas seria mais agradável dormirem numa cama de lastro de couro**, como outras pessoas. (2º parágrafo).

De acordo com a norma-padrão, as orações em destaque reportam

- (A) ao processo de subordinação e ao de coordenação, respectivamente: a primeira é adverbial causal; a segunda, coordenada adversativa.
- (B) ao processo de subordinação, nos dois casos, classificando-se, respectivamente, como adverbial conformativa e adverbial concessiva.
- (C) ao processo de coordenação e ao de subordinação, respectivamente: a primeira é coordenada assindética; a segunda, adverbial consecutiva.
- (D) ao processo de coordenação, nos dois casos, classificando-se, respectivamente, como coordenada explicativa e coordenada adversativa.
- (E) ao processo de subordinação e ao de coordenação, respectivamente: a primeira é adverbial comparativa; a segunda, coordenada aditiva.

18. Nas passagens “Fazia mais de um ano que **falava** nisso ao marido.” (3º parágrafo) e “**Estremeceu** lembrando-se da seca...” (4º parágrafo), os verbos em destaque diferenciam-se porque o primeiro expressa

- (A) ação contínua e o segundo expressa ação anterior a outra, ambas no passado.
- (B) ação contínua e o segundo expressa ação concluída, ambas no passado.
- (C) ação contínua no passado e o segundo expressa ação no presente.
- (D) ação concluída no passado e o segundo expressa ação no presente.
- (E) ação concluída e o segundo expressa ação anterior a outra no passado.

19. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de regência.

- (A) Sinha Vitória discordou com a ideia de Fabiano de economizar no querosene e também não via como fazer economia na roupa das crianças.
- (B) Sinha Vitória fez referência nos candeeiros da casa, que nem eram acesos, por isso não havia por que falar em economizar-lhes.
- (C) Sinha Vitória queria uma cama de varas: ela aspirava daquilo e nela poderia dormir com mais conforto, como outras pessoas.
- (D) Sinha Vitória e sua família tinham-se acostumado em dormir nas redes, mas ela aspirava uma cama de lastro de couro.
- (E) Sinha Vitória era pouco afeita aos luxos, mas lembrar-se de uma cama de lastro de couro, que tanto desejava, deixou-a entristecida.

20. Sinha Vitória avizinhou-se da janela baixa da cozinha, viu os meninos, entretidos no barreiro, fabricando bois de barro. Não encontrou motivo para uma _____ às crianças. Pensou de novo na cama de varas e mentalmente xingou Fabiano. Dormiam _____. Dormiam naquilo _____ tinham-se acostumado, mas seria mais agradável dormirem numa cama de lastro de couro, como outras pessoas.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do trecho, adaptado do original, devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) repreensão ... mau ... porque
- (B) repreensão ... mal ... por que
- (C) repreensão ... mau ... por que
- (D) repreensão ... mal ... porque
- (E) repreensão ... mal ... porque

Leia o texto para responder às questões de números 21 e 22.

O CARPINA FALA COM O RETIRANTE QUE ESTEVE DE FORA, SEM TOMAR PARTE EM NADA

– Severino retirante,
deixe agora que lhe diga:
eu não sei bem a resposta
da pergunta que fazia,
se não vale mais saltar
fora da ponte e da vida;
nem conheço essa resposta,
se quer mesmo que lhe diga;
é difícil defender,
só com palavras, a vida,
ainda mais quando ela é
esta que vê, severina;
mas se responder não pude
à pergunta que fazia,
ela, a vida, a respondeu
com sua presença viva.
E não há melhor resposta
que o espetáculo da vida:
vê-la desfiar seu fio,
que também se chama vida,
ver a fábrica que ela mesma,
teimosamente, se fabrica,
vê-la brotar como há pouco
em nova vida explodida;
mesmo quando é assim pequena
a explosão, como a ocorrida;
mesmo quando é uma explosão
como a de há pouco, franzina;
mesmo quando é a explosão
de uma vida severina.

(João Cabral de Melo Neto. *Poesias Completas*)

21. No contexto do poema de João Cabral, entende-se “vida severina” como

- (A) exaltação da existência, uma vez que a morte se mostra como realidade distante da vida do homem retirante.
- (B) a vida naturalmente ceifada pela morte, contra a qual o homem não tem força de combate.
- (C) a vida que se impõe às dificuldades e cria, a partir delas, forças para combatê-las, assomando plena e dignamente.
- (D) a vida sem esperanças, que decorre sem palavras que possam motivar o homem a ser senhor do seu destino.
- (E) a vida marcada pelas mazelas e pela presença constante da morte às quais o viver se insurge como resistência.

22. No verso – ver a fábrica que ela **mesma**, / teimosamente, se fabrica, –, o termo destacado é um adjetivo, concordando com a palavra que acompanha. Essa mesma concordância ocorre com o termo destacado em:

- (A) A escola foi dirigida pelo **mesmo** diretor durante anos.
- (B) **Mesmo** estando fora de sua cidade, mantinha contato com seus amigos.
- (C) O pai abriu uma poupança; a mãe fez o **mesmo** e ambos economizaram muito.
- (D) Trata-se de uma escola longínqua, um lugar ermo **mesmo**.
- (E) Ela resolveu que irá viajar no feriado, **mesmo** que caía uma chuva daquelas.

23. De acordo com a norma-padrão, assinale a alternativa em que o primeiro dos termos destacados deve receber acento gráfico.

- (A) Peço que se **analise** com cuidado o material e me enviem a **analise** até amanhã.
- (B) Era pouco provável que o lugar em que **habito** promoveria novo **habito** de vida.
- (C) Não há **duvida** de que muita gente **duvida** do poder das *fake news* nas redes sociais.
- (D) Da **forma** como você inclui ingredientes, essa massa de bolo não vai caber na **forma**.
- (E) Meu **apoio** a você implica agir com honestidade, pois não **apoio** aqueles que enganam.

Leia o texto para responder às questões de números 24 a 26.

No outro dia Macunaíma pulou cedo na ubá e deu uma chegada até a foz do rio Negro pra deixar a consciência na ilha de Marapatá. Deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas. Voltou pro lugar onde os manos esperavam e no pino do dia os três rumaram pra margem esquerda da Sol.

Muitos casos sucederam nessa viagem por caatingas rios corredeiras, gerais, corgos, corredores de tabatinga matos-virgens e milagres do sertão. Macunaíma vinha com os dois manos pra São Paulo. [...]

Uma feita a Sol cobrira os três manos numa escaminha de suor e Macunaíma se lembrou de tomar banho. Porém no rio era impossível por causa das piranhas tão vorazes que de quando em quando na luta pra pegar um naco de irmã espedaçada, pulavam aos cachos pra fora d'água metro e mais. Então Macunaíma enxergou numa lapa bem no meio do rio uma cova cheia d'água. E a cova era que-nem a marca dum pé-gigante. Abicaram. O herói depois de muitos gritos por causa do frio da água entrou na cova e se lavou inteirinho. Mas a água era encantada porque aquele buraco na lapa era marca do pezão do Sumé, do tempo em que andava pregando o evangelho de Jesus pra indiada brasileira. Quando o herói saiu do banho estava branco loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele. E ninguém não seria capaz mais de indicar nele um filho da tribo retinta dos Tapanhumas.

Nem bem Jiguê percebeu o milagre, se atirou na marca do pezão do Sumé. Porém, a água já estava muito suja da negrura do herói e por mais que Jiguê esfregasse feito maluco atirando água pra todos os lados só conseguiu ficar da cor do bronze novo. Macunaíma teve dó e consolou:

– Olhe, mano Jiguê, branco você ficou não, porém pretume foi-se e antes fanhoso que sem nariz.

Maanape então é que foi se lavar, mas Jiguê esborrifava toda a água encantada pra fora da cova. Tinha só um bocado lá no fundo e Maanape conseguiu molhar só a palma dos pés e das mãos. Por isso ficou negro bem filho da tribo dos Tapanhumas. Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa. Macunaíma teve dó e consolou:

– Não se avexe, mano Maanape, não se avexe não, mais sofreu nosso tio Judas!”

(Mario de Andrade. *Macunaíma*. Adaptado)

24. No contexto da obra e de acordo com as informações textuais, é correto concluir que o trecho contempla

- (A) uma valorização da natureza brasileira, com as personagens descritas de modo caricato.
- (B) uma tentativa do escritor de reproduzir a linguagem do povo com fidelidade aos seus usos.
- (C) uma exaltação à figura de Macunaíma, com características que o tornam um herói valoroso.
- (D) uma passagem fantástica na narrativa, com alusão às três raças que se miscigenaram e formaram o Brasil.
- (E) uma descrição objetiva das personagens, para mostrá-las capazes de transformar a terra brasileira.

25. Assinale a alternativa com trecho do texto caracterizado por período composto por coordenação.

- (A) Quando o herói saiu do banho estava branco loiro e de olhos azuizinhos, água lavara o pretume dele.
- (B) Uma feita a Sol cobrira os três manos numa escaminha de suor e Macunaíma se lembrou de tomar banho.
- (C) Muitos casos sucederam nessa viagem por caatingas rios corredeiras, gerais, corgos, corredores de tabatinga matos-virgens e milagres do sertão.
- (D) Deixou-a bem na ponta dum mandacaru de dez metros, pra não ser comida pelas saúvas.
- (E) Só que as palmas das mãos e dos pés dele são vermelhas por terem se limpado na água santa.

26. Assinale a alternativa que atende à norma-padrão de concordância verbal.

- (A) No rio, haviam piranhas tão vorazes que era impossível tomar banho ali.
- (B) Aconteceu que os manos haviam se banhado na cova de água encantada.
- (C) Não tinha mais os Tapanhumas Macunaíma como um filho da tribo.
- (D) Ouvia-se os gritos de Macunaíma por causa do frio da água da cova.
- (E) Ia os três manos para São Paulo, viagem em que muitos casos aconteceram.

Leia o texto para responder às questões de números 27 e 28.

É tarde! e quando o peito estremecia
Sentir-me abandonado e moribundo!?...
É tarde! é tarde! ó ilusões da vida,
Morreu com ela da esperança o mundo!...

No leito virginal de minha noiva
Quero, nas sombras do verão da vida,
Prantear os meus únicos amores,
Das minhas noites a visão perdida...

Quero ali, ao luar, sentir passando
Por alta noite a viração marinha,
E ouvir, bem junto às flores do sepulcro,
Os sonhos de su'alma inocentinha.

E quando a mágoa devorar meu peito...
E quando eu morra de esperar por ela...
Deixai que eu durma ali e que descanse,
Na morte ao menos, sobre o seio dela!

(Álvares de Azevedo. *Lira dos Vinte Anos*)

27. Nos versos, o eu lírico fala sobre

- (A) o sono, buscando afastar-se de situações de sofrimento, como a perda da virgem amada, exposto em: "Deixai que eu durma ali e que descanse".
- (B) o amor, superando a dor e o sofrimento advindos da morte prematura da mulher amada, expostos em: "Morreu com ela da esperança o mundo!...".
- (C) a esperança, buscando forças múltiplas para conseguir vencer a dor da perda da amada, expostas em: "É tarde! é tarde! ó ilusões da vida".
- (D) a morte, tendo perdido a virgem amada, o que lhe intensifica o desejo de sofrer até morrer, exposto em: "E quando a mágoa devorar meu peito...".
- (E) a noite, alçando voos imaginários a lugares onde é acolhido e confortado pela dor da perda da virgem amada, exposta em: "Por alta noite a viração marinha".

28. No verso "Deixai que eu durma ali e que descanse", a forma verbal em destaque está flexionada no modo

- (A) subjuntivo, expressando ideia de ordem.
- (B) subjuntivo, expressando ideia de desejo.
- (C) imperativo, expressando ideia de pedido.
- (D) imperativo, expressando ideia de sugestão.
- (E) indicativo, expressando ideia de súplica.

29. Leia o texto.

Assim como a bonina, que cortada
Antes do tempo foi, cândida e bela,
Sendo das mãos lascivas maltratada
Da menina que a trouxe na capela,
O cheiro traz perdido e a cor murchada:
Tal está, morta, a pálida donzela,
Secas do rosto as rosas e perdida
A branca e viva cor, co'a doce vida.

As filhas do Mondego a morte escura
Longo tempo chorando memoraram,
E, por memória eterna, em fonte pura
As lágrimas choradas transformaram.
O nome lhe puseram, que inda dura,
Dos amores de Inês, que ali passaram.
Vede que fresca fonte rega as flores,
Que lágrimas são a água e o nome Amores!

(Camões. *Os Lusíadas*. Adaptado)

As estrofes finais do episódio de Inês de Castro expressam

- (A) o lamento do eu lírico com a fatalidade que a envolveu, com intensificação do valor trágico e do sentimento de tristeza.
- (B) o reconhecimento, por parte do eu lírico, de que a morte de Inês não poderia ser evitada, o que ameniza a dor de sua perda.
- (C) a indiferença do eu lírico ante a fatalidade vivida por Inês, reconhecendo que sua morte era naturalmente necessária.
- (D) a forma singela como o eu lírico descreve a perda de Inês, o que demonstra sua contenção sentimental.
- (E) a descrição objetiva que o eu lírico faz de Inês, ao compará-la morta a uma flor colhida por uma menina desavisada.

30. Com a perda de Inês, não se _____ de chorar. Não há como _____ fim a tanto sofrimento, não se vive _____. Muitos _____ mesmo que ele não acabará.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) para ... pôr ... tranquilo ... crêem
- (B) pára ... por ... tranquilo ... crêem
- (C) para ... por ... tranqüilo ... creem
- (D) pára ... pôr ... tranqüilo ... crêem
- (E) para ... pôr ... tranquilo ... creem

31. A província de São Paulo criou, em 15 de dezembro de 1831, o seu corpo de guardas municipais voluntários, autorizada por lei sancionada pela Regência, em outubro do mesmo ano. Segundo a lei, os corpos de guardas municipais deveriam ser criados para
- (A) conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública.
 - (B) defender a integridade do Império.
 - (C) defender a constituição, a liberdade e a independência do Império.
 - (D) auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.
 - (E) manter a tranquilidade pública e auxiliar a justiça.
32. Durante a Revolução de 1924, ocorre uma das primeiras ações de guerra psicológica da história militar brasileira, promovida pelo Tenente da Força Pública, João Cabanas, enquanto os revolucionários retiravam-se da capital paulista. Em que consistia essa ação?
- (A) Os revolucionários distribuíram panfletos pela cidade de São Paulo, exortando a população a continuar a luta contra os representantes da política do “Café com Leite”.
 - (B) Narrativas de atos de crueldade foram difundidas pelos jornais do estado, com o intuito de minar possível resistência durante a passagem dos revoltosos em fuga pelas cidades do interior.
 - (C) Mensagens que superestimavam o efetivo e o equipamento bélico dos revoltosos foram transmitidas às estações telegráficas das cidades por onde passaria o contingente em retirada.
 - (D) Mensagens de apoio aos revoltosos em fuga foram difundidas à população, pelas estações clandestinas de rádio, instaladas durante o período de ocupação da capital paulista.
 - (E) Notícias de que mulheres e crianças, aprisionadas durante a ocupação da capital, foram distribuídas nos vagões dos trens utilizados pelos revoltosos para fugir, garantiu uma retirada sem resistências.
33. Assinale a seguir o nome do Coronel que, enquanto ocupava a função de Comandante Geral da Força Pública de São Paulo, morreu durante a demonstração de um morto criado para ser utilizado em batalhas da Revolução Constitucionalista de 1932.
- (A) Herculano de Carvalho e Silva.
 - (B) Júlio Marcondes Salgado.
 - (C) Júlio Prestes.
 - (D) Miguel Costa.
 - (E) Euclides Figueiredo.
34. Durante a Segunda Guerra Mundial, o comandante da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, montou o primeiro pelotão de Polícia Militar, cujas missões essenciais eram as atividades de trânsito e de polícia no teatro de operações na Europa. Os integrantes desse pelotão foram selecionados dentre integrantes
- (A) da Guarda Civil de São Paulo.
 - (B) do 2º Batalhão de Caçadores (o “2 de ouros”).
 - (C) do 1º Batalhão de Caçadores (o Batalhão Tobias de Aguiar).
 - (D) da Companhia de intérpretes da Força Pública.
 - (E) do Batalhão de Policiamento de Trânsito da Força Pública.
35. O Tenente Alberto Mendes Junior foi capturado e morto, durante operação no Vale do Ribeira. Por qual motivo seu pelotão estava na região?
- (A) Após contribuir para a libertação da cidade de Curitiba da ação de revolucionários, no estado do Paraná, o pelotão retornava à cidade de São Paulo quando foi emboscado.
 - (B) O pelotão foi designado para atuar em ação de socorro às vítimas de desmoronamento da Serra do Mar, evento que motivou a criação da Defesa Civil do Estado de São Paulo.
 - (C) O pelotão participava de ação de busca de Carlos Marighella, após a descoberta de um núcleo do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) no Vale do Ribeira.
 - (D) O pelotão foi deslocado ao Vale do Ribeira, após a descoberta da existência de campos de treinamento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) na região.
 - (E) O pelotão participava de operação de captura do ex-capitão Carlos Lamarca, que liderava um grupo da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e planejava atentado terrorista no Vale do Ribeira.

36. D. Pedro I criou mais um poder, o quarto: o Poder Moderador, que era “delegado privativamente ao Imperador como chefe supremo da nação”. E mais: o artigo 99 determinava que “a pessoa do Imperador é inviolável e sagrada: ele não está sujeito a responsabilidade alguma”. Além disso, “o Imperador é o chefe do Poder Executivo”.

(Marco Antonio Villa. *A história das Constituições brasileiras*. São Paulo: Leya, 2011. p. 19)

O texto refere-se à primeira Constituição brasileira, na qual se destacava a

- (A) ausência dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- (B) definição das prerrogativas do monarca.
- (C) formação institucional do regime parlamentarista.
- (D) manutenção da exploração colonial pela coroa portuguesa.
- (E) fraqueza institucional do Poder Executivo para garantir a unidade do país.

37. As revoltas do período regencial não se enquadram em uma moldura única. Elas tinham que ver com as dificuldades da vida cotidiana e as incertezas da organização política, mas cada uma delas resultou de realidades específicas, provinciais ou locais.

(Boris Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. p. 142)

O período regencial sucedeu à abdicação do imperador Pedro I, em 1831, e estendeu-se até o “golpe da maioria” de Pedro II, em 1840. Pode-se citar, como exemplo das diferenças entre as rebeliões do período, o fato de algumas

- (A) apoiarem o governo do regente padre Feijó, e outras, a monarquia dos Braganças.
- (B) defenderem a Constituição outorgada, e outras, o absolutismo monárquico.
- (C) advogarem a união com a América espanhola, e outras, a independência política.
- (D) serem inteiramente protegidas pelo governo, e outras, massacradas pelo Estado.
- (E) terem ocorrido em meio a sociedades urbanas, e outras, em áreas rurais.

38. Talvez seja de alguma utilidade acompanhar de perto as manobras políticas dos líderes dos fazendeiros, na década de 1880, quando conseguiram organizar um sistema que forneceu a primeira imigração em grande escala no país e permitiu a abolição da escravidão de forma relativamente pacífica – especialmente em comparação, por exemplo, com os EUA, onde o processo de abolição levou quatro anos de guerra civil e acarretou 600 mil mortos.

(Michael Hall. “Os fazendeiros paulistas e a imigração”. In: Fernando Teixeira da Silva *et al.* (org.) *República, liberalismo, cidadania*. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2003. p. 153)

O texto alude a dois fenômenos sociais interligados, em uma situação histórica, no Brasil, de

- (A) desenvolvimento da economia urbano-industrial em prejuízo dos latifúndios monocultores.
- (B) guerra civil com o objetivo de extinguir a exploração social, assim como ocorria em outros países americanos.
- (C) oposição das elites políticas brasileiras à entrada no país de populações de origens nacionais diversas.
- (D) garantia de manutenção da oferta de trabalho para uma economia dinâmica agroexportadora.
- (E) estabilidade socioeconômica em um momento de aprofundamento das lutas políticas republicanas.

39. A grande mudança que se deu, após 1930, [no governo de Getúlio Vargas], foi que o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento “para dentro”, adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial.

(Paul Singer. “Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento”. In: *História geral da civilização brasileira*, tomo III, vol. 4, 1986. p. 218)

Essa prioridade concedida pelo governo foi, em grande parte, o resultado da

- (A) redução do comércio entre países devido à depressão econômica internacional.
- (B) crise da economia cafeeira provocada pela baixa produção.
- (C) aplicação de capital norte-americano nas indústrias metalúrgicas nacionais.
- (D) instalação no país de grandes indústrias multinacionais de bens duráveis.
- (E) atração de investimentos internacionais para o país com a política de juros altos.

40. “Comandante, querem me fazer rainha da Inglaterra?” Essas teriam sido as primeiras palavras pronunciadas por João Goulart em telefonema a Amaral Peixoto, presidente nacional do Partido Social Democrático (PSD), durante o auge da crise política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros. Jango havia acabado de ingressar em território brasileiro, após um longo trajeto de retorno da China.

(Felipe Pereira Loureiro. *Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica dos governos Jânio Quadros e João Goulart, 1961-1964*. São Paulo: Editora UNESP, 2017. p. 245)

Essa crise política conjugava

- (A) um projeto de revolução socialista no Brasil com a reforma constitucional do Congresso federal.
- (B) uma adoção de um programa de profundas mudanças sociais com o apoio da alta cúpula das forças armadas.
- (C) um conjunto de tensões vinculado à Guerra Fria com a tentativa de se garantir o cumprimento da norma constitucional.
- (D) uma ruptura diplomática com os Estados Unidos da América com a formação do bloco dos países do terceiro mundo.
- (E) uma política de união suprapartidária com o reconhecimento da necessidade de fortalecimento do poder executivo federal.

ATUALIDADES RELACIONADAS À SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

41. As forças de segurança do Rio de Janeiro deverão receber, até o fim deste ano (2018), mais 1.350 viaturas, que serão compradas com verba federal, para reforçar o policiamento no estado. (...) Além das viaturas, que envolvem carros de patrulha, camionetes e até veículos maiores, incluindo ônibus, e outros para transporte de presos, deverão ser adquiridos 24.235 coletes balísticos, o que permitirá que cada policial que trabalha nas ruas tenha o seu próprio equipamento.”

(<https://bit.ly/2v52OSO>. Adaptado)

As aquisições citadas fazem parte do contexto

- (A) do processo de Polícia Pacificadora.
- (B) do plano plurianual de investimento.
- (C) do plano de unificação da segurança.
- (D) da intervenção federal no Rio de Janeiro.
- (E) do processo de desestatização securitária.

42. “Apesar da comoção, dados do Ministério da Saúde mostram que o número de casos registrados de janeiro a julho de 2018 está abaixo da média registrada em 2017. Em 2018, 62 pessoas foram infectadas pela bactéria em todo o Brasil e 16 morreram. A maior parte dos casos está concentrada na região sudeste do país, sobretudo nos estados de Minas Gerais e São Paulo – onde morreram 14 das 16 vítimas da doença. (...) De acordo com o médico infectologista Carlos Lazar, professor da PUC-Sorocaba, a transmissão ocorre depois que o carrapato pica um animal infectado pela *Rickettsia rickettsii*. Quando o carrapato que carrega a bactéria pica o ser humano, a doença é transmitida. Não há contágio pelo ar.”

(<https://glo.bo/2PjyyvX>. Adaptado)

Trata-se do recente surto de

- (A) febre aftosa.
- (B) hepatite C.
- (C) febre maculosa.
- (D) difteria.
- (E) raiva.

43. “Os deputados estaduais do Rio Grande do Sul aprovaram, por 42 votos a um, o projeto (...) nesta terça-feira (14.08) na Assembleia Legislativa, em Porto Alegre. O objetivo é buscar parcerias com a iniciativa privada e acelerar a compra de equipamentos.

No programa, cada empresa vai poder destinar até 5% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido para a segurança. O empresário terá de doar mais 10% do valor para o fundo de segurança pública.”

(<https://glo.bo/2MgjL7u>. Adaptado)

O Projeto de Lei, primeiro do tipo no Brasil, cria o Programa de Incentivo

- (A) à Responsabilidade Social.
- (B) à Responsabilidade Tributária.
- (C) ao Aparelhamento da Segurança Pública.
- (D) à Viabilidade Fiscal.
- (E) ao Financiamento Social.

44. “Os criminosos fingem ser integrantes do CNP (Conselho Nacional de Previdência) e alegam que o cidadão teria direito a receber valores atrasados de benefícios. Então, solicitam o depósito de determinada quantia em uma conta bancária, afirmando que essa “taxa” seria necessária para a liberação de um pagamento que, na verdade, não existe.”

(<https://bit.ly/2MZzjc8>. Adaptado)

A notícia refere-se a um dos golpes mais comuns aplicados contra

- (A) beneficiários do INSS.
- (B) litigantes da previdência.
- (C) servidores da ativa.
- (D) o governo estadual.
- (E) o governo federal.

45. “Todos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.” Este é o primeiro artigo e o mais abrangente, como diz a professora Ana Paula. “A igualdade é muito importante, não há diferença de orientação sexual, cor de pele, aspectos culturais ou religiosos.” Na exposição, os 30 artigos são reproduzidos em letras de grandes dimensões e estão dispostos em painéis de 1,60 m de altura. Os textos são acompanhados por composições artísticas criadas pelo designer Victor Daibert, que se inspirou em telas de aquarela com tonalidades vibrantes. A ideia foi apresentar – com diferentes palavras-chave, cores e padrões geométricos – as infinitas possibilidades de representação visual, fazendo um paralelo com a diversidade de pessoas, aparências, crenças e ideias presentes nas sociedades.

(<https://bit.ly/2vSYUgg>. Adaptado)

Em cartaz no Parque Cientec (USP), a mostra comemora os 70 anos do documento que expõe garantias básicas do indivíduo. Trata-se

- (A) da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- (B) da Convenção de Haia.
- (C) da Assembleia Nacional Constituinte.
- (D) do Tratado de Versalhes.
- (E) da Convenção de Santo Domingo.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

DIREITO CONSTITUCIONAL

46. Considerando-se a Constituição do Estado de São Paulo, em relação à Justiça Militar do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) À Justiça Militar do Estado compete os crimes comuns cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo aos Conselhos de Disciplina e ou de Justificação, sob a tutela jurisdicional do Juiz de Direito, processar e julgar os demais crimes militares.
- (B) Os serviços de correição permanente sobre as atividades de Polícia Judiciária Militar serão realizados pelo Comandante de Policiamento de Área responsável pela circunscrição de atuação do Plantão de Polícia Judiciária Militar.
- (C) A Justiça Militar do Estado de São Paulo será constituída, em primeiro grau, pelos Conselhos Permanentes de Disciplina e ou Justificação e, em segundo grau, pelos Juizes de Direito e pelo Tribunal de Justiça Militar.
- (D) À Justiça Militar do Estado compete julgar e processar as infrações penais comuns e os crimes de responsabilidade do Comandante-Geral da Polícia Militar.
- (E) À Justiça Militar do Estado compete julgar e processar os crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

47. O Supremo Tribunal Federal definiu que “o direito à segurança é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço” (RE nº 559.646/PR-AgR, Segunda Turma, Relatora Ministra Ellen Gracie, DJe 24/6/11).

Isto posto, assinale a alternativa correta.

- (A) À Polícia Civil do Estado de São Paulo, dirigida pelo Secretário de Segurança Pública, incumbe, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de todas as infrações penais.
- (B) Às polícias militares brasileiras cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública e, além das atribuições definidas em lei, incumbem a execução de atividades de defesa civil.
- (C) As Guardas Civis Municipais brasileiras são órgãos permanentes, organizados e mantidos pelos Municípios e estruturados em carreira, destinam-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo, à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- (D) A Polícia Militar do Estado de São Paulo é órgão da Segurança Pública, constitucionalmente instituído e responsável pela preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.
- (E) As Constituições Estaduais, exclusivamente, deverão disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, de maneira a garantirem a eficiência de suas atividades e as especificidades de cada unidade federativa.

48. Considerando-se que a Constituição Estadual é obrigada a observar o princípio da simetria constitucional para com a Constituição Federal, em relação aos servidores públicos militares estaduais de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor público militar demitido por ato administrativo, se absolvido pela Justiça, na ação referente ao ato que deu causa à demissão, será reintegrado com todos os direitos restabelecidos.
- (B) O militar do Estado em atividade, que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, poderá ser transferido para a reserva, desde que a pedido do interessado e observando-se a legislação.
- (C) O militar da ativa ao tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, será desde logo transferido para a reserva, nos termos da lei.
- (D) O praça só perderá a graduação se for julgado indigno, por decisão de Tribunal Militar de caráter permanente, nos termos da lei.
- (E) O militar do Estado, ativo ou inativo, não poderá se filiar a partidos políticos.

DIREITO PENAL

49. No que concerne ao regramento que os artigos 34 a 36 do Código Penal dispensam ao regime de penas privativas de liberdade, assinale a alternativa correta.

- (A) No regime fechado, o trabalho externo é admissível em serviços ou obras públicas.
- (B) No regime semiaberto, o condenado fica sujeito a trabalho no período diurno e a isolamento durante o repouso noturno.
- (C) No regime semiaberto, o condenado deverá, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, frequentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido durante o período noturno e nos dias de folga.
- (D) No regime aberto, o condenado será submetido, no início do cumprimento da pena, a exame criminológico de classificação para individualização da execução.
- (E) No regime aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, em colônia agrícola, industrial ou estabelecimento similar.

50. “O juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as consequências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.”

Trata-se de hipótese que o Código Penal prevê em crime de

- (A) autoaborto.
- (B) infanticídio.
- (C) auxílio a suicídio.
- (D) homicídio culposo.
- (E) lesão corporal dolosa leve.

51. “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa” é conduta que descreve o crime de

- (A) ameaça.
- (B) extorsão.
- (C) concussão.
- (D) constrangimento ilegal.
- (E) extorsão mediante sequestro.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

52. Nos termos do artigo 40 do Código de Processo Penal, quando, em autos ou papéis de que conhecerem, os juízes ou tribunais verificarem a existência de crime de ação pública:

- (A) requisitarão do Ministério Público o início da ação penal.
- (B) requisitarão do Delegado Geral a instauração de inquérito policial.
- (C) remeterão ao Ministério Público as cópias e os documentos necessários ao oferecimento da denúncia.
- (D) darão vista à parte contrária para que se manifeste sobre o interesse em oferecer representação, no prazo legal.
- (E) aguardarão o trânsito em julgado do processo original e, confirmada a convicção inicial, requisitarão do Delegado Geral a instauração de inquérito policial.

53. No que concerne ao regramento que o Código de Processo Penal dispensa às provas periciais, assinale a alternativa correta.

- (A) O exame de corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e a qualquer hora.
- (B) Mesmo que se trate de perícia complexa, o Juiz designará apenas um perito oficial, por não haver possibilidade legal de dupla nomeação.
- (C) Os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.
- (D) É vedada indicação de assistentes técnicos em sede de instrução processual penal, sendo que eventual especialista deve ser ouvido na qualidade de testemunha.
- (E) O laudo pericial será elaborado no prazo máximo de 30 dias, podendo esse prazo ser prorrogado, em casos excepcionais, a requerimento do perito, por uma única vez.

54. Nos Juizados Especiais Criminais, a composição civil dos danos

- (A) pode ser reduzida a escrito ou feita oralmente; é homologada por sentença contra a qual cabe recurso específico; é executada pelo próprio Juizado Especial Criminal; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.
- (B) pode ser reduzida a escrito ou feita oralmente; é homologada por sentença irrecorrível; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a extinção da punibilidade de todas as acusações.
- (C) pode ser reduzida a escrito ou feita oralmente; é homologada por sentença irrecorrível; é executada pelo próprio Juizado Especial Criminal; acarreta a extinção da punibilidade de todas as acusações.
- (D) deve ser reduzida a escrito; é homologada por sentença contra a qual cabe recurso específico; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.
- (E) deve ser reduzida a escrito; é homologada por sentença irrecorrível; tem eficácia de título a ser executado em juízo civil; acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação nas ações privadas e nas públicas condicionadas à representação.

DIREITO PENAL MILITAR

55. Considerando o artigo 9º do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar) e suas alterações dadas pelas leis nº 9.299/96 e nº 13.491/17, é correto afirmar que

- (A) os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União somente se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.
- (B) consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, qualquer que seja o agente, salvo disposição especial.
- (C) os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais contra civil, serão da competência da Justiça Militar Estadual se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, mesmo que não beligerante.
- (D) consideram crimes militares, em tempo de paz os crimes de que trata o Código Penal Militar, quando definidos de modo diverso na lei penal comum, ou nela não previstos, quando o agente for militar, independente de disposição especial.
- (E) os crimes militares em tempo de paz, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares estaduais em serviço ou atuando em razão da função, em comissão de natureza militar, ou em formatura, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar, praticados contra militares estaduais da ativa, da reserva, ou reformado, ou civis serão da competência da Justiça Militar Estadual processar e julgar o agente.

56. O enunciado "Reunirem-se dois ou mais militares ou assemelhados, com armamento ou material bélico, de propriedade militar, praticando violência à pessoa ou à coisa pública ou particular em lugar sujeito ou não à administração militar:", configura o crime de

- (A) motim, art. 149, *caput* do Código Penal Militar.
- (B) revolta, art. 149, parágrafo único do Código Penal Militar.
- (C) organização de grupo para a prática de violência, art. 150 do Código Penal Militar.
- (D) conspiração e violência, art. 152 do Código Penal Militar.
- (E) violência contra superior, pessoas e coisas, art. 157 do Código Penal Militar.

57. Assinale a alternativa que só contenha crimes contra a Administração Militar, de acordo com o Código Penal Militar.

- (A) Desacato a superior; Desacato a militar; Desacato a assemelhado ou funcionário.
- (B) Desacato a superior; Desrespeito a superior; Recusa de obediência.
- (C) Desacato a militar; Oposição a ordem de sentinela; Reunião ilícita.
- (D) Desrespeito a superior; Reunião ilícita; Publicação ou crítica indevida.
- (E) Publicação ou crítica indevida; Operação militar sem ordem superior; Uso indevido por militar de uniforme, distintivo ou insígnia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

58. Considerando a delegação do exercício da atividade de Polícia Judiciária Militar, de acordo com o Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta.

- (A) Se o indiciado é oficial da reserva ou reformado, não prevalece, para a delegação, a antiguidade de posto.
- (B) Não sendo possível a designação de oficial de posto superior ao do indiciado, poderá ser feita a de oficial do mesmo posto, desde que mais moderno.
- (C) Obedecidas as normas regulamentares de jurisdição, hierarquia e comando, as atribuições enumeradas no artigo 7º do Código de Processo Penal Militar poderão ser delegadas a oficiais da ativa, da reserva ou reformado, para fins especificados e por tempo limitado.
- (D) Se o indiciado é praça, as atribuições das autoridades elencadas no artigo 7º do Código de Processo Penal Militar poderão ser delegadas a Subtenente, Suboficial ou Sargento, desde que superior hierárquico ou, se da mesma graduação, mais antigo que o indiciado.
- (E) Caso o posto e a antiguidade de oficial da ativa excluam, de modo absoluto, a existência de outro oficial da ativa de posto superior, ou se do mesmo posto, mais antigo que o indiciado, não poderá ser designado oficial da reserva para instaurar ou presidir inquérito policial militar.

59. Quanto ao Inquérito Policial Militar, é correto afirmar:

- (A) tem o caráter de instrução definitiva, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à Autoridade de Polícia Judiciária Militar para que esta proponha a devida ação penal militar.
- (B) o inquérito deverá terminar no prazo de dez dias, se o indiciado estiver preso, contado esse prazo a partir do dia em que se executar a ordem de prisão; ou no prazo de trinta dias, quando o indiciado estiver solto, contados a partir da data em que se instaurar o inquérito policial militar.
- (C) o inquérito é sigiloso, de forma que seu encarregado e escrivão não podem permitir que dele alguém tome conhecimento, ainda que seja advogado constituído do indiciado.
- (D) para verificar a possibilidade de haver sido a infração praticada de determinado modo, o encarregado do inquérito poderá proceder à reprodução simulada dos fatos, mesmo que esta contrarie a moralidade ou a ordem pública, atente contra a hierarquia ou a disciplina militar.
- (E) é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria.

60. O Código de Processo Penal Militar trata da busca domiciliar no Título XIII "Das Medidas Preventivas e Asseguratórias"; isto posto, e, de acordo com a finalidade da busca domiciliar, assinale a única alternativa que só contenha as fundadas razões que a autorizem.

- (A) Prender criminosos; apreender coisas obtidas por meios criminosos ou guardadas ilicitamente; realizar interceptação telefônica na casa do acusado.
- (B) Apreender instrumentos de falsificação ou contrafação; apreender armas e munições e instrumentos utilizados na prática de crime ou destinado a fim delituoso ou não; apreender objetos lícitos que não guardam relação com o crime apurado.
- (C) Descobrir objetos necessários à prova da infração ou à defesa do acusado; apreender correspondência destinada ao acusado ou em seu poder, mesmo que não haja fundada suspeita de que o conhecimento de seu conteúdo possa ser útil à elucidação do fato; apreender armas, munições e instrumentos mesmo sabendo não serem utilizados na prática de crime ou destinado a fim delituoso.
- (D) Colher elemento de convicção; apreender pessoas vítimas de crimes; prender criminosos.
- (E) Apreender pessoas vítimas de crime; realizar interceptação telefônica na casa do acusado; condução coercitiva de pessoas testemunhas de fatos criminosos.

61. Um policial militar, motorista da viatura de rádio patrulhamento, dirigia em via de tráfego movimentado quando, sem motivos, executou manobras perigosas e acabou colidindo com outro veículo, ferindo gravemente o motorista desse veículo. Considerando-se as possíveis responsabilidades que poderão recair sobre o policial, assinale a alternativa correta.
- (A) Responsabilidade civil objetiva, nos termos do artigo 37, § 6º da Constituição Federal e concomitantemente pela responsabilidade administrativa disciplinar.
 - (B) Não há responsabilidades a serem imputadas, pois o policial estava sob a excludente da antijuridicidade, haja vista todas as consequências terem nexos causal com o exercício regular da profissão policial-militar.
 - (C) Responsabilidade civil, pois haverá necessidade de se indenizar a vítima pelos danos sofridos, situação que dirimirá a responsabilidade administrativa disciplinar, observando-se o princípio constitucional do “non bis in idem”, onde ninguém deve ser punido duas vezes pelo mesmo fato.
 - (D) Responsabilidade administrativa disciplinar, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal, observando-se a declaração de culpa ou dolo, decorrente dos respectivos devidos e regulares processos legais.
 - (E) Responsabilidade penal pelo crime de trânsito cometido, responsabilidade civil pelos danos sofridos pela vítima e, se condenado pelo crime, responsabilidade administrativa disciplinar pelas infrações de trânsito e inobservância dos procedimentos operacionais padrão.

62. Na Administração Pública brasileira, um ato administrativo concretiza o exercício da função administrativa do Estado. Nesse cenário, assinale a alternativa que corretamente apresenta o devido e regular conceito de ‘ato administrativo’.
- (A) É a declaração entre o Estado e os particulares, em que há um acordo de vontade para a estipulação de obrigações recíprocas.
 - (B) É a declaração do Estado ou de quem o representante, que não produz efeitos jurídicos imediatos, independente de lei, mas sob o regime jurídico de direito público, e que está sujeita ao controle dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
 - (C) É a prescrição unilateral predisposta à produção de efeitos não jurídicos, expedida exclusivamente pelo Estado, estabelecida na conformidade da lei, sob o fundamento de cumprir finalidades assinaladas do Chefe do Executivo, mas que pode ser revista pelo Judiciário.
 - (D) É a expressão da vontade emanada do Estado ou de agentes com a prerrogativa deste, cujo conteúdo deve visar efeitos jurídicos com interesses públicos, devendo ser regido basicamente pelo direito público, sujeitando-se à lei e passível de controle judicial.
 - (E) É toda manifestação de vontade da Administração Pública que, agindo por ordens do Poder Executivo, independentemente de respaldo legal, tenha por fim licitar, punir, julgar, transferir, criar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações ou situações não jurídicas.
63. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) Uma característica do poder disciplinar é seu discricionarismo, no sentido de que não está vinculado à prévia definição da lei sobre a infração funcional e a respectiva sanção.
 - (B) No poder disciplinar, a motivação da punição disciplinar não é imprescindível para a validade da pena, pois sempre caberá recurso ao poder judiciário.
 - (C) São atributos do poder disciplinar: a discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade.
 - (D) Pelo poder vinculado, o direito concede à Administração a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
 - (E) O poder vinculado permite ao Executivo distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.

LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR

- 64.** Nos expressos termos do artigo 3º da Lei nº 4.898/65, constitui abuso de autoridade, entre outras hipóteses, qualquer atentado aos direitos e garantias legais
- (A) de privacidade.
 - (B) dos indivíduos custodiados pelo Estado.
 - (C) individuais de autodeterminação e personalidade.
 - (D) de liberdade de imprensa e expressão do pensamento.
 - (E) assegurados ao exercício profissional.
- 65.** O artigo 2º da Lei nº 8.069/90 considera criança e adolescente, respectivamente,
- (A) a pessoa até onze anos de idade incompletos; a pessoa entre onze e vinte e um anos de idade.
 - (B) a pessoa até doze anos de idade incompletos; a pessoa entre doze e dezoito anos de idade.
 - (C) a pessoa até doze anos de idade completos; a pessoa entre treze e dezoito anos de idade.
 - (D) a pessoa até doze anos de idade completos; a pessoa entre treze e vinte e um anos de idade.
 - (E) a pessoa até treze anos de idade incompletos; a pessoa entre treze e dezoito anos de idade.
- 66.** O condenado pelo crime de tortura, diante do que dispõe o art. 1º, § 5º da Lei nº 9.455/97, além da pena privativa de liberdade, está sujeito a
- (A) pena de multa, apenas.
 - (B) a perda do cargo, função ou emprego público, apenas.
 - (C) a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, apenas.
 - (D) pena de multa, perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada, apenas.
 - (E) perda do cargo, função ou emprego público, interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada e obrigatória participação em curso de reinserção social.
- 67.** Havendo indício de participação de policial em crime de associação criminosa (art. 1º da Lei nº 12.850/13), a investigação será levada a efeito
- (A) pela Polícia Federal, por haver implícito interesse da União na apuração da infração, sendo que ao término do procedimento comunicará o fato ao Ministério Público Federal.
 - (B) pelo Ministério Público Federal, por haver, ainda que implicitamente, ofensa ao Estado Democrático de Direito e à União.
 - (C) pela Polícia Judiciária, sem necessidade de comunicação a qualquer órgão que lhe seja externo, por se tratar de fase inicial de persecução penal.
 - (D) pela Corregedoria de Polícia, que instaurará inquérito policial e comunicará ao Ministério Público, que designará membro para acompanhar o feito até a sua conclusão.
 - (E) pelo Ministério Público, que conduzirá procedimento análogo ao inquérito policial, requisitando diligências policiais quando necessário.
- 68.** A licitação, de acordo com o § 3º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93, não será sigilosa,
- (A) sendo públicos e acessíveis ao público os atos de seu procedimento, salvo quanto ao conteúdo das propostas, até a respectiva abertura.
 - (B) mas seus atos terão publicidade restrita aos participantes do certame e seus representantes, inclusive advogados.
 - (C) havendo possibilidade de consulta pública a todos os atos de seu procedimento, inclusive valor de propostas mesmo antes de sua abertura.
 - (D) especialmente no que concerne à capacitação técnica dos concorrentes e suas respectivas propostas de trabalho e preço, ainda que antes de sua abertura.
 - (E) a menos que se trate de contratação de serviço profissional de natureza singular, envolvendo profissionais ou empresas de notória especialização.

69. De acordo com a Lei Complementar nº 893/01, que instituiu o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de São Paulo, é correto afirmar:

- (A) estão sujeitos ao Regulamento Disciplinar da Polícia Militar os militares do Estado do serviço ativo, da reserva remunerada, os reformados, os agregados e os ocupantes de cargos públicos ou eletivos, nos termos da legislação vigente.
- (B) hierarquia policial-militar é a ordenação progressiva da autoridade, em graus diferentes, da qual decorre a obediência, dentro da estrutura da Polícia Militar, culminando no Comandante Geral da PM, Chefe Supremo da Polícia Militar do Estado de SP.
- (C) posto é o grau hierárquico das praças, conferido por ato do Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado.
- (D) a antiguidade entre os militares do Estado, em igualdade de posto ou graduação, será definida pela: data da última promoção; prevalência sucessiva dos graus hierárquicos anteriores; classificação no curso de formação ou habilitação; data de nomeação ou admissão; maior idade.
- (E) a precedência funcional não ocorrerá quando, em igualdade de posto ou graduação, o oficial ou a praça estiver no serviço ativo, em relação aos inativos.

70. O Regulamento Disciplinar da PMESP prevê quais são as sanções disciplinares aplicáveis aos militares do Estado, independentemente do posto, graduação ou função que ocupem, quando do cometimento de transgressões disciplinares.

Assinale a única alternativa que só contenha sanções previstas no Regulamento.

- (A) Advertência, suspensão do exercício temporário da atividade ou função, permanência disciplinar.
- (B) Repreensão, multa, demissão.
- (C) Reforma administrativa disciplinar, expulsão, proibição do uso de uniforme.
- (D) Repreensão, detenção, transferência de Unidade.
- (E) Advertência, permanência disciplinar, rebaixamento de posto ou graduação.

71. De acordo com o Decreto nº 20.218/82, que define a conceituação de acidente em serviço e dá outras providências, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se acidente em serviço, para todos os efeitos previstos na legislação em vigor, aquele que ocorra com o Policial Militar no cumprimento de ordens, ainda que ilegais ou emanadas de autoridades incompetentes.
- (B) Os acidentes em serviço serão apurados e comprovados em sindicância especialmente instaurada.
- (C) Aplica-se o disposto nesta lei mesmo que o acidente seja resultado de crime, transgressão disciplinar, imprudência ou desídia do Policial Militar acidentado ou de subordinado seu, desde que com sua aquiescência.
- (D) O acidente em serviço é descaracterizado pela concorrência ou superveniência de outras causas que contribuam para a morte ou incapacidade do policial militar, mesmo que entre o acidente e o dano haja relação de causa e efeito.
- (E) Não será considerado acidente em serviço o deslocamento entre sua residência e a organização em que serve, seu local de trabalho ou ainda em qualquer outro onde sua missão deva ter início ou prosseguimento, e vice-versa, mediante disposições regulamentares, escalas ou ordens.

NORMAS ADMINISTRATIVAS DE INTERESSE POLICIAL-MILITAR

72. Assinale a alternativa que corretamente contempla uma das condições necessárias para a efetivação da movimentação na hipótese de união de cônjuges.

- (A) Se praça, estar no mínimo no bom comportamento.
- (B) Não estar respondendo a Inquérito Policial Militar.
- (C) Não tenha havido movimentação, nos últimos 10 (dez) anos, pelo mesmo fundamento.
- (D) Não estar respondendo a processo disciplinar.
- (E) Não haja sido movimentado por conveniência da disciplina ou da justiça.

73. Com relação à utilização da expressão “Incumbiu-me o ... (comandante, diretor ou chefe) ... de solicitar de V.S.^a...” é correto afirmar, nos termos das I-7-PM (Instruções para correspondência na Polícia Militar), que
- se trata de modalidade de delegação de competência que poderá abranger assuntos de qualquer natureza, desde que publicada em Diário Oficial.
 - é uma delegação de competência que deverá ser formalizada em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, publicando-se obrigatoriamente o ato em Boletim Geral.
 - se trata de modalidade imprópria de delegação de competência utilizada tão somente para documentos de justiça e disciplina, que exige apenas a publicação em Boletim Geral.
 - é uma delegação de competência que deverá ser formalizada em documento próprio do órgão, no qual se defina com precisão o que e a quem deve ser delegado, publicando-se sempre que possível o ato em Boletim Interno.
 - se trata de modalidade imprópria de delegação de competência utilizada para documentos de justiça e disciplina, que exige a publicação em Diário Oficial.
74. Na hipótese de afastamento do avaliado na avaliação de desempenho dos integrantes da Polícia Militar, é correto afirmar que, nos casos em que o avaliado
- se afastar por mais de 60 (sessenta) dias do serviço, continuados ou cumulativos, durante o período correspondente à etapa de observação, não deverá ser realizada a avaliação, no entanto, havendo previsão de seu retorno ao trabalho, poderão ser estabelecidas metas.
 - por qualquer motivo, deixar o serviço ativo da PMESP (exoneração, demissão, expulsão, transferência para a reserva, reforma ou falecimento), deverá a sua avaliação ocorrer em relação ao semestre respectivo à etapa de observação em que se deu o fato, desde que tenha trabalhado por no mínimo 60 (sessenta) dias.
 - durante a etapa de entrevista estiver afastado por qualquer motivo (fruição de férias, licença médica, licença-prêmio, licença gestante, licença adoção e nos casos de agregação), o Avaliador deve concluir o processo de avaliação de desempenho, justificando os motivos da não realização da entrevista.
 - estiver afastado por mais de 60 (sessenta) dias do serviço, continuados ou cumulativos, durante o período correspondente à etapa observação, a sua avaliação não deverá ocorrer e nem poderão ser estabelecidas metas.
 - por qualquer motivo, deixar o serviço ativo da PMESP (exoneração, demissão, expulsão, transferência para a reserva, reforma ou falecimento), deverá a sua avaliação ocorrer em relação ao semestre respectivo à etapa de observação em que se deu o fato, desde que tenha trabalhado por no mínimo 120 (cento e vinte) dias.
75. Nos termos das I-36-PM (Instruções para Afastamentos na Polícia Militar), é correto afirmar:
- Licença-prêmio: ocorrerá, automaticamente, a caducidade do pedido pelo fato de o policial militar não ter entrado na fruição da licença-prêmio dentro de 60 (sessenta) dias da publicação em Boletim Geral, sendo obrigatória a publicação do fato em Boletim Interno.
 - Licença-adoção: o policial militar poderá obter licença de 180 (cento e oitenta) dias, com remuneração integral, quando adotar menor, de até sete anos de idade, ou quando obtiver judicialmente a sua guarda para fins de adoção. O período será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.
 - Trânsito: o período de trânsito fica estabelecido na conformidade das distâncias oficiais existentes entre os municípios, entendidos aí os seus respectivos marcos “zero”, obedecida a seguinte diferenciação: 3 (três) dias para municípios distantes até 100 (cem) quilômetros, inclusive e 5 (cinco) dias para municípios distantes mais de 100 (cem) quilômetros.
 - Luto: todo policial militar terá direito a 8 (oito) dias de luto, mediante o preenchimento da planilha própria, na hipótese de falecimento de avós e netos.
 - Licença para tratamento de saúde em pessoa da família: o policial militar deverá requerer ao Subcmt PM a concessão da licença para tratamento de saúde em pessoa da família, justificando a sua necessidade, instruindo o pedido com o relatório do Oficial Médico de sua OPM, devendo aguardar a concessão em exercício.
76. Com relação às Reuniões de Análise Crítica (RAC) – nível I – mensal, é correto afirmar que devem ocorrer sempre na
- segunda semana seguinte ao mês avaliado, em data a ser definida pelo Grande Comando da área respectiva, em cuja oportunidade os Cmt das OPM de nível Btl presidirão reuniões entre seus Cmt Cia com os Coord Op Btl ou SCmt, o P/2 e o P/3.
 - primeira semana seguinte ao mês avaliado, em data a ser definida pelo Cmt Btl da área respectiva, em cuja oportunidade presidirão reuniões entre seus Cmt Cia com os Coord Op Btl ou SCmt, o P/2 e o P/3.
 - primeira semana seguinte ao mês avaliado, em data a ser definida pelo Grande Comando da área respectiva, em cuja oportunidade os Cmt das OPM de nível Btl presidirão reuniões entre seus Cmt Cia com os Coord Op Btl ou SCmt, o P/1, o P/2 e o P/3.
 - segunda semana seguinte ao mês avaliado, em data a ser definida pelo Grande Comando da área respectiva, em cuja oportunidade os Cmt das OPM de nível Btl presidirão reuniões entre seus Cmt Cia com os Coord Op Btl ou SCmt, o P/1, o P/2 e o P/3.
 - primeira semana seguinte ao mês avaliado, em data a ser definida pelo Grande Comando da área respectiva, em cuja oportunidade os Cmt das OPM de nível Btl presidirão reuniões entre seus Cmt Cia com os Coord Op Btl ou SCmt, o P/2 e o P/3.

77. “É a realização de operação policial-militar no território de uma OPM em que participa uma ou mais OPM, especializada, de apoio de ensino ou administrativa, mediante planejamento conjunto, para evitar superposição de esforços, mantidos os comandos próprios, para execução de ações rotineiras de polícia ostensiva territorial.”
- Nos termos das Normas para o Sistema Operacional de Policiamento PM (NORSOP), é correto afirmar que o enunciado contempla conceito de
- (A) Reforço.
 (B) Operação de presença.
 (C) Operação combinada.
 (D) Apoio.
 (E) Operação de fiscalização.
78. Nos termos da Diretriz PM3-1/02/12, de 26 de janeiro de 2012 – Sistema de computação embarcada [Terminais Móveis de Dados (TMD)] e portátil [Terminais Portáteis de Dados (TPD)], é correto afirmar:
- (A) Replay – Recurso disponível no COPOM ON-LINE, que permite visualizar o trajeto que está sendo realizado por uma US, ou seja, seu deslocamento em tempo real.
 (B) Relatório de Consultas – Recurso que permite a todos os policiais militares efetuarem um acompanhamento ON-LINE das ocorrências atendidas e do rastro das viaturas.
 (C) Rastro – Recurso disponível no COPOM ON-LINE que permite visualizar o trajeto realizado por uma US em determinada data/hora já transcorrida. Este recurso pode ser empregado para conferência do Cartão de Prioridade de Patrulhamento (CPP).
 (D) Relatório de Viatura – Recurso de visualização gerencial que permite ao Comandante tomar decisões, em tempo real, nos níveis operacional, tático e estratégico.
 (E) Posicionamento – Recurso que verifica as ocorrências, geração de ocorrências, atendimento de ocorrências, alerta de prioridade/emergência.
79. Nos termos do Programa de Acompanhamento e Apoio ao Policial Militar (PAAPM), assinale a alternativa correta.
- (A) A coordenação geral do Programa caberá ao Subcomandante PM, que o gerenciará no âmbito da Polícia Militar.
 (B) No âmbito das OPM sediadas na circunscrição dos CPI, a Comissão de Estudo de Caso será presidida pelo Cmt Pol Int respectivo.
 (C) O atendimento do efetivo será realizado por profissional da área de saúde mental designado pelo Diretor de Saúde.
 (D) A coordenação executiva caberá à Diretoria de Saúde, que deverá adotar providências para a organização, gestão e auditoria das ações voltadas ao atendimento dos policiais militares.
 (E) O PAAPM destina-se a todos os policiais militares (ativos ou inativos) que tenham sua integridade física e psíquica expostas a situações de risco.
80. “Manter cadastro atualizado de motoristas, contendo todos os seus dados. / Elaborar o mapa mensal de combustíveis consumidos e quilometragem (km) percorridos por veículo.”
- Nos termos das I-15-PM (Instruções para Transportes Motorizados da Polícia Militar), as atribuições contidas no enunciado incumbem, respectivamente, ao Órgão
- (A) Subsetorial e aos Órgãos Detentores.
 (B) Setorial e aos Órgãos Detentores.
 (C) Subsetorial e aos Órgãos Subdetentores.
 (D) Subsetorial e aos Usuários.
 (E) Setorial e aos Órgãos Subdetentores.
81. Com relação à passagem da carga constante nas I-23-PM (Instruções para Administração Logística e Patrimonial da Polícia Militar), assinale a alternativa correta.
- (A) Em casos de afastamento superior a 30 (trinta) dias, ou substituição definitiva, os Detentores Executivos terão 10 (dez) dias corridos para passagem da carga sob sua responsabilidade, prorrogáveis por até 20 (vinte) dias.
 (B) É facultativo o inventário físico quando da substituição definitiva ou substituição eventual, por período superior a 3 (três) meses, do responsável pela carga.
 (C) Havendo desacordo entre sucessor e antecessor, por ocasião da passagem de carga, será nomeada uma Comissão de Passagem de Material, composta por três oficiais, que efetivará a passagem.
 (D) Em casos de impossibilidade da passagem da carga, por qualquer motivo, inclusive por afastamento superior a 30 (trinta) dias, o administrador, a quem o detentor estiver subordinado, nomeará uma Comissão de Passagem de Material, composta por cinco oficiais, para substituí-lo.
 (E) Compete ao Detentor Executivo, a atualização do Livro Controle de Material, toda vez que ocorrer alteração do material, que se encontra sob sua responsabilidade direta ou indireta.
82. Com relação à locação de imóvel para sediar uma OPM, nos termos das I-38-PM (Instruções para a Administração de Bens Imóveis), é correto afirmar que
- (A) a locação não exige a evidência de que o imóvel é necessário para a realização das missões da OPM.
 (B) dependendo do valor mensal da locação, o contrato deverá ser aprovado pelo Conselho do Patrimônio Imobiliário.
 (C) para esclarecer se existe bem imóvel próprio do Estado disponível na área de sua circunscrição, que possa ser ocupado para funcionar como sede da respectiva OPM, é desnecessária a pesquisa junto à Procuradoria do Contencioso Ambiental e Imobiliário.
 (D) não havendo próprio estadual disponível, a OPM interessada deverá realizar pesquisa imobiliária na região (no mínimo em cinco imobiliárias).
 (E) a manifestação técnica do CIAP é desnecessária na instrução do processo de locação.

- 83.** Com relação à Avaliação Psicológica dos Policiais Militares Inativos para a Aquisição e Porte de Arma de Fogo, assinale a alternativa correta.
- (A) O policial militar inativo, em qualquer hipótese, será sempre encaminhado pela Subseção de Avaliação Avançada ao Centro Médico da Polícia Militar, comunicando-se este fato à OPM detentora do Assentamento Individual.
 - (B) O policial militar inativo considerado inapto na avaliação psicológica poderá ser submetido a nova avaliação, desde que decorridos 180 (cento e oitenta) dias da aplicação da avaliação anterior.
 - (C) A avaliação psicológica, a critério do policial militar inativo, poderá ser realizada por psicólogo credenciado pela Polícia Federal e, nesse caso, o Laudo será encaminhado diretamente à OPM detentora do Assentamento Individual do policial militar.
 - (D) O policial militar inativo, em qualquer hipótese, será sempre encaminhado pela Subseção de Avaliação Avançada ao Centro Médico da Polícia Militar, sendo desnecessária a comunicação à OPM detentora do Assentamento Individual.
 - (E) A avaliação psicológica, a critério do policial militar inativo, poderá ser realizada por psicólogo credenciado pela Polícia Federal e, nesse caso, o Laudo será obrigatoriamente encaminhado Subseção de Avaliação Avançada da Divisão de Seleção e Alistamento, para fins de homologação.
- 84.** Nos termos das I-21-PM (Instruções para continências, honras, sinais de respeito e cerimonial militar na Polícia Militar), assinale a alternativa correta.
- (A) Nas formaturas gerais e grandes solenidades, o procedimento de desincorporação da Bandeira Nacional poderá ser feito por parte do efetivo, respeitado o limite mínimo de uma subunidade (companhia).
 - (B) A Bandeira Paulista será hasteada apenas por Sargento PM, sendo autorizada a arriação por Cb PM, exercendo extraordinariamente a função.
 - (C) Em princípio, a solenidade de hasteamento da Bandeira Nacional deverá ser realizada sem formatura da guarda, sendo obrigatória a presença de Guarda apenas nas Escolas de Formação.
 - (D) A Bandeira Paulista será conduzida nas formaturas juntamente com a Bandeira Nacional, por Oficial QOPM ou Sargento PM.
 - (E) Terminada a arriação, a Bandeira Nacional será retirada das adriças, dobrada e transportada sobre os braços à frente do corpo, em regra, pelo Oficial de Serviço.
- 85.** Nos termos do Regulamento de Uniformes da PM, é correto afirmar, com relação ao uniforme administrativo de passeio, que:
- (A) deverá ser utilizado em representações, quando assim determinado, e, obrigatoriamente, no serviço administrativo, pelos integrantes dos Órgãos de Direção.
 - (B) as camisetas gola careca poderão ser usadas sem a sobreposição da camisa cinza-claro meia manga do uniforme Passeio nas atividades administrativas e em instrução interna, a critério do Comandante, Chefe ou Diretor, após a homologação da decisão pelo Subcmt PM.
 - (C) deverá ser utilizado em representações, quando assim determinado, e, obrigatoriamente, no serviço administrativo, pelos integrantes dos Órgãos de Apoio.
 - (D) as camisetas gola careca poderão ser usadas sem a sobreposição da camisa cinza-claro meia manga do uniforme Passeio nas atividades administrativas e em instrução interna, a critério do Comandante, Chefe ou Diretor.
 - (E) deverá ser utilizado em representações, quando assim determinado, e, obrigatoriamente, no serviço administrativo, pelos integrantes dos Órgãos de Assessoria.
- 86.** “Ferramenta destinada à coleta de dados sobre a percepção dos colaboradores em relação aos diversos fatores que afetam os seus níveis de motivação e desempenho.”
- Nos termos da Diretriz PM6-1/40/11, de 04 de abril de 2011 – Pesquisa de clima organizacional on-line da Polícia Militar, é correto afirmar que o enunciado corresponde, corretamente, ao conceito de
- (A) Pesquisa de Clima Organizacional.
 - (B) Valorização das pessoas.
 - (C) Tabulação de dados.
 - (D) Clima Organizacional.
 - (E) Amostragem.
- 87.** Nos termos das I-40-PM (Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o Cometimento de Infração Penal praticada por Policial Militar), é correto afirmar que nas ocorrências em que haja o evento morte, nas graves ou vultosas, que envolvam policiais militares de serviço, integrantes do Comando de Policiamento Rodoviário e do Comando de Policiamento de Choque, a responsabilidade pelo preenchimento da Resenha de Informações de Ocorrência Grave (RIOG), durante o horário de expediente, será do
- (A) Supervisor Regional do Comando de Policiamento de Choque.
 - (B) Comandante de Cia PM do local dos fatos, que deverá comparecer obrigatoriamente ao local.
 - (C) Supervisor Regional do Comando de Policiamento Rodoviário.
 - (D) Oficial de menor antiguidade das OPM envolvidas que comparecer na ocorrência.
 - (E) Oficial da maior antiguidade presente.

- 88.** Nos termos das I-40-PM (Instruções para o Atendimento de Ocorrência em que haja o Cometimento de Infração Penal praticada por Policial Militar), assinale a alternativa correta.
- (A) No que concerne às medidas disciplinares decorrentes da prática de infração penal, se o policial militar preso em flagrante delito em razão da prática de crime comum (consumado ou tentativa) for Oficial Reformado ou Praça Reformada, a autoridade de polícia judiciária militar responsável pelo acompanhamento do ato deverá encaminhar a cópia dos documentos pertinentes ao caso ao Subcomandante PM.
 - (B) No que concerne às medidas disciplinares decorrentes da prática de crime, se o preso em flagrante delito em razão da prática de crime militar for Oficial da Reserva Remunerada, Oficial Reformado ou Praça Reformada, a autoridade de polícia judiciária militar responsável pela lavratura do Auto de Prisão deverá encaminhar a cópia dos documentos pertinentes ao caso para a Corregedoria PM.
 - (C) Na hipótese de prisão em flagrante delito por crime comum de Praça inativo, o Comandante da última Unidade da Praça deverá determinar o comparecimento de Oficial que será o responsável pelo preenchimento da Resenha de Informações de Ocorrência Grave (RIOG).
 - (D) No que concerne às medidas disciplinares decorrentes da prática de crime, se o policial militar preso em flagrante delito em razão da prática de crime militar (consumado ou tentativa) for Oficial da Reserva Remunerada ou Praça Reformada, a autoridade de polícia judiciária militar responsável pela lavratura do Auto de Prisão deverá encaminhar a cópia dos documentos pertinentes ao caso ao Subcomandante PM.
 - (E) Na hipótese de prisão em flagrante delito por crime militar de Praça inativo, o Comandante da última Unidade da Praça deverá determinar o comparecimento de Oficial que será o responsável pelo preenchimento da Resenha de Informações de Ocorrência Grave (RIOG).
- 89.** Nos termos das I-16-PM (Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar), na solução da Sindicância, havendo indícios de improbidade administrativa,
- (A) os autos originais deverão ser remetidos ao Ministério Público, via Coordenadoria de Assuntos Jurídicos.
 - (B) cópia integral do feito deverá ser remetida ao Ministério Público, via Corregedoria PM.
 - (C) os autos originais deverão ser remetidos ao Ministério Público, via Corregedoria PM.
 - (D) cópia integral do feito deverá ser remetida ao Ministério Público, via Coordenadoria de Assuntos Jurídicos.
 - (E) os autos originais deverão ser remetidos ao Ministério Público, via Consultoria Jurídica PM.
- 90.** Nos termos das I-16-PM (Instruções do Processo Administrativo da Polícia Militar), com relação ao Conselho de Disciplina, assinale a alternativa correta.
- (A) Quando o ato ou atos motivadores tenham sido praticados em concurso de agentes, somente será instaurado um único Conselho de Disciplina, quando ambos os acusados tenham 10 (dez) ou mais anos de serviço policial militar.
 - (B) Quando houver 3 (três) ou mais acusados, as alegações finais orais serão substituídas por memoriais, a serem apresentados em até 3 (três) dias.
 - (C) Quando o ato ou atos motivadores tenham sido praticados na atividade, a eventual superveniência de sanção disciplinar de expulsão ou demissão; da inatividade ou de exoneração a pedido do militar do Estado, não impede o prosseguimento do processo regular para as praças.
 - (D) O presidente do Conselho, ao receber os autos, somente poderá restituí-los à autoridade instauradora se estiver extinta a punibilidade da transgressão.
 - (E) A administração ou o militar do Estado acusado poderá ainda requerer a oitiva de testemunhas referidas ou informantes, desde que não exceda a 5 (cinco).

